



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XX

ITEM 55 - DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO
(RESOLUÇÃO TC Nº 269-2024-PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO)

DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO	AÇÕES	JUSTIFICATIVA
PROCESSO TC Nº 23100551-9 (EXERCÍCIO DE 2022):			
RECOMENDAÇÃO: 1. Elaborar a Lei Orçamentária Anual apresentando conteúdo que atenda aos requisitos exigidos pela Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal;	Implementada	Na elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, estamos aperfeiçoando para o devido atendimento as normas de Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.	
2. Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;	Implementada	Tombamento dos bens do Município com seu respectivo registro no sistema de Patrimônio do Município.	
3. Assegurar que todas as contribuições	Implementada	Foram tomadas as devidas providências de reconhecimento na	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

previdenciárias devidas ao RPPS sejam devidamente reconhecidas na contabilidade municipal, evitando omissões que comprometam a transparência financeira;		contabilidade municipal, de todas as contribuições previdenciárias.	
4. Regularizar o recolhimento das contribuições patronais suplementares, assegurando que todos os valores devidos sejam integralmente repassados ao RPPS;	Implementada	Foram regularizados os recolhimentos das contribuições patronais suplementares.	
5. Assegurar a manutenção e o aperfeiçoamento da Transparência Pública Municipal.	Implementada	Estão sendo tomadas as devidas providências para melhoria no Portal da Transparência.	
<u>PROCESSO TC Nº 24100472-0 (EXERCÍCIO DE 2023):</u>	Em Instrução pelo TCE-PE	-	-

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.